

Sábado, 03 de Maio de 2025

Justiça bloqueia bens de vereadores alvos da operação Perfídia

Contas bancárias , carros e imóveis foram confiscados

Redação

A Justiça determinou o sequestro de bens e o bloqueio de R\$ 250 mil em nome dos vereadores Chico 2000 (PL) e Sargento Joelson (PSB), além do empresário José Márcio da Silva Cunha, alvos da Operação Perfídia, deflagrada nesta terça-feira (29). A decisão é da juíza Edna Ederli Coutinho, do Núcleo de Inquéritos Policiais (Nipo), que autorizou as medidas com o objetivo de evitar a dilapidação do patrimônio supostamente obtido por meio de corrupção.

Os parlamentares são suspeitos de receber propina da empreiteira HB20, responsável pela execução da obra do Contorno Leste, orçada em R\$ 125 milhões. José Márcio seria o intermediário dos repasses ilegais. Em nome de Chico 2000, ex-presidente da Câmara de Cuiabá, foram sequestradas duas residências e um Chevrolet Tracker, avaliado em R\$ 130 mil.

No caso do Sargento Joelson, foram apreendidos uma casa, uma caminhonete Chevrolet S10 (avaliada em R\$ 140 mil), além de outros veículos como uma VW Saveiro, uma motocicleta Honda XR 250 e um Nissan March. Já José Márcio teve sequestrados uma casa e cinco carros: Ford Ka, VW Parati, Chevrolet Ônix e um Hyundai HB20.

A Operação Perfídia, conduzida pela Delegacia Especializada de Combate à Corrupção (Deccor), cumpriu 27 ordens judiciais, incluindo mandados de busca e apreensão, quebra de sigilos e sequestro de bens. A investigação foi iniciada após denúncia de que vereadores teriam exigido propina para viabilizar a aprovação de projeto que permitiu o pagamento da Prefeitura à empreiteira, ainda em 2023.

Parte da propina, segundo a Polícia, foi transferida via depósito bancário, enquanto outra parte teria sido entregue em espécie, no gabinete de um dos parlamentares. Os investigados estão proibidos de manter contato entre si, com testemunhas e servidores da Câmara, além de estarem impedidos de acessar as dependências legislativas e as obras do Contorno Leste. Eles também devem entregar seus passaportes e não podem deixar a cidade sem autorização judicial.